

Evolução espacial do emprego formal nas indústrias das metrópoles nordestinas (1994/2004)

William Eufrásio Nunes Pereira¹

Resumo: Este trabalho não tem por intuito analisar a evolução espacial do emprego formal nas metrópoles nordestinas. Partindo-se da concepção de que o aglomerado urbano metropolitano apresenta um núcleo e uma periferia, utilizam-se os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego, de forma desagregada – nas duas esferas – visando perceber quais os rumos que o emprego formal na indústria assumiu no período 1994/2004. Assim, pretende-se nesse trabalho apresentar e avaliar comparativamente a evolução do emprego formal industrial nos núcleos das metrópoles frente a sua periferia. Busca-se perceber se nos últimos anos o emprego formal na indústria das metrópoles nordestinas cresceu mais no núcleo ou na periferia.

Palavras-chave: Indústria. Emprego. Periferia. Metrópoles. Nordeste.

Abstract: This work is not aim to analyze the evolution of space in the formal employment in Northeastern Brazil metropolises. Based on the design of urban settlement that gives a metropolitan core and a periphery, to use data from the Annual Report of Social Information (RAIS) of the Ministry of Labor and Employment, so broken – in both spheres – aiming to understand what the path that formal employment in the industry took in the period 1994/2004. Thus, we intend to make this work and benchmark

¹ wenpereira@hotmail.com.br

the evolution of formal employment in the industrial centers of the cities facing its periphery. Search to see if in recent years the formal employment in manufacturing grew more of Northeastern Brazil metropolises in the core or the periphery.

Key-Words: Industry. Employment. Periphery. Metropolises. Northeastern.

I Introdução

Nos últimos anos a questão do emprego tem se acentuado principalmente nas grandes cidades, devido às elevadas taxas de desemprego fruto de diversos fatores estruturais e conjunturais. Este trabalho não tem por intuito estudar os fatores responsáveis pelo desemprego, mas tão somente analisar a evolução do emprego formal nas metrópoles nordestinas. Partindo-se da concepção de que o aglomerado urbano metropolitano apresenta normalmente um núcleo e uma periferia, se utiliza os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, de forma desagregada – nas duas esferas – visando perceber quais os rumos que o emprego formal assumiu nos últimos oito anos. Nesse sentido, deve-se esclarecer que, o núcleo se constitui da sede ou polo-central, enquanto a periferia se constitui dos demais municípios integrantes da região metropolitana.

Assim, pretende-se nesse trabalho apresentar e avaliar comparativamente a evolução do emprego formal nos núcleos das metrópoles frente a sua periferia. Busca-se perceber se nos últimos anos o emprego formal das metrópoles nordestinas cresceu mais no núcleo ou na periferia e quais os setores que apresentaram variação positiva ou negativa.

Este trabalho se estrutura assim em quatro partes, além dessa breve introdução. A segunda procura apresentar sucintamente o processo de urbanização no Brasil, fornecendo alguns dados e informações sobre o processo de institucionalização das metrópoles brasileiras, como também caracterizar brevemente as metrópoles nordestinas. Esta caracterização visa ambientar o leitor para uma exposição acerca da evolução do emprego formal nas metrópoles nordestinas que se encontra na terceira parte deste trabalho. Por fim, a quarta parte consta de uma breve conclusão acerca das informações e dos dados apresentados. O período de estudo deste trabalho

refere-se aos últimos dez anos (1994-2004) e os dados apresentados constam da RAIS do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) do Brasil.

2 Institucionalização das metrópoles nordestinas

Institucionalização das metrópoles nordestinas: uma breve exposição do processo político de urbanização

2.1 A Urbanização brasileira e a metropolização

A tendência à aglomeração da população e do processo de urbanização no Brasil começou a se acentuar a partir dos anos 1950. Nessa década existiam no Brasil apenas 3 cidades com mais de 500 mil habitantes e 14 cidades população entre 100 e 500 mil habitantes. Na década de 1980 encontram-se 14 cidades com mais de 500 mil habitantes e 128 com população variando entre 100 e 500 mil habitantes. No espaço de 30 anos o crescimento das cidades médias é de mais de 400%, enquanto o das metrópoles é de mais 900%.

Contemporaneamente, o processo de urbanização brasileiro pode ser dividido em três momentos distintos. O primeiro momento caracteriza-se pelo aumento do número de municípios com mais de 20 mil habitantes, evidentemente em conjunto com o crescimento populacional desses municípios. Esse primeiro momento pode ser denominado de urbanização aglomerada. O segundo momento, de urbanização concentrada, se caracteriza pelo aumento significativo das cidades de tamanho médio, e o terceiro momento – da metropolização – caracteriza-se pelo crescimento das cidades com mais de 500 mil e de um milhão de habitantes. (SANTOS, 1998)

Nesse contexto de rápido crescimento urbano, fruto principalmente do grande êxodo rural ocorrido no Brasil nos anos 1950/1970, surgem às metrópoles brasileiras. Essas regiões metropolitanas brasileiras apresentam, segundo Santos (1998), duas características básicas: a) se constituem de mais de um município, e b) são alvos de programas especiais. Os programas especiais são implementados por organismos regionais criados especialmente para gerir tais arenas. Esses organismos, no entanto, vêm sendo minados em suas capacidades de planejamento e gestão, devido às novas configurações do conflito entre estado e União. Esse fato tem

contribuído para a ampliação das dificuldades de gestão e de investimento público nas metrópoles.

No Nordeste a estrutura fundiária atrasada e concentrada obstaculizou significativamente o processo de urbanização. A intervenção planejada do Estado a partir dos anos 1960 em muito contribuiu para a aceleração da urbanização e metropolização dos grandes municípios nordestinos. Fortaleza, Recife e Salvador muito se beneficiaram com a intervenção estatal. Os diversos projetos incentivados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) favoreceram a superação dos diversos obstáculos à aceleração da urbanização fossem derrubados.

A intervenção estatal contribui para a consolidação da metropolização quando aprova e incentiva projetos, principalmente industriais, nas grandes cidades nordestinas. Salvador é um exemplo concreto de como um projeto industrial – o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec) –, instalado na periferia, beneficiou toda a região metropolitana. (SOUZA, 2004)

O processo de intervenção do Estado nos anos 1970 definiu o perfil das metrópoles brasileiras nos anos 1980. (MELO, 1995) Com o fim da intervenção planejada, com a transferência de competência da União para os estados da criação e gestão das áreas metropolitanas, com a crise da dívida e conseqüentemente com a guerra fiscal estabelecida nos anos 1990, os problemas das metrópoles se acentuam, principalmente os das nordestinas que historicamente sempre encontraram dificuldades para competir com o Sul-Sudeste.

2.2 A institucionalização das regiões metropolitanas

O processo de urbanização brasileiro alcançou um novo patamar nos anos 1970. O significativo crescimento das cidades milionárias (SANTOS, 1998) e o processo de conurbação fomentaram o debate sobre a urbanização e a metropolização no Brasil. Contando com cinco cidades milionárias em 1970, o processo de metropolização foi institucionalizado em 1973 através da lei complementar de número 14. Essa lei criou as primeiras regiões metropolitanas no Brasil.

A Lei Complementar de n.º 20 criou a região metropolitana do Rio de Janeiro. No ano anterior haviam sido instituídas as regiões de: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo. As Leis Complementares n.º 14 e 20 se constituíam em reflexo de uma emenda constitucional (número 01, do artigo 164 da Constituição Federal), que estabelecia para a criação das regiões metropolitanas a competência da União. A emenda constitucional apresentava caráter centralizador e

autoritário, pois somente a União poderia institucionalizar as áreas metropolitanas. O caráter centralizador e autoritário tornou-se um fato comum aos regimes ditatoriais no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 transferiu o poder de institucionalização e gestão das regiões metropolitanas da União para os estados. Essa transferência se insere em um contexto de crise econômica e de reforma do Estado que engessa a capacidade dos entes federados de estabelecer e administrar de fato as áreas metropolitanas, antes financiadas com recursos da União.

Em 1988, a Constituição Federal promoveu uma forte descentralização e desconcentração de recursos e encargos. Evidentemente ocorreu proporcionalmente mais transferência de encargos do que de recursos, implicando em crescentes problemas financeiros para os estados e municípios.

Ao abandonar a prerrogativa de criação das regiões metropolitanas, o governo federal se eximiu da função de coordenador das políticas urbanas. Os estados assumem o gerenciamento das áreas metropolitanas que passam a se configurar em áreas problemáticas, no que se refere a sua administração e aos investimentos necessários de serem realizados.

Segundo Abrucio e Soares (2001), são três as consequências perversas do modelo consagrado na constituição de 1988 sobre as áreas metropolitanas. A primeira se refere às capacidades estatais dos municípios metropolitanos. A existência de grandes desigualdades entre os municípios e o atual sistema de transferências tributárias favorecem muito mais os pequenos municípios do que os grandes ou as metrópoles. Esse fato provocou a proliferação de micromunicípios nos anos 1990. Entre 1988 e 1997 foram criados 1.318 novos municípios, em sua grande maioria com menos de 10 mil habitantes.

A segunda se refere à dificuldade da gestão coordenada dos municípios sobre os problemas urbano-metropolitanos em um contexto de municipalismo autárquico, reforçado pela possibilidade dos municípios praticarem uma guerra fiscal visando atrair mais investimentos.

A terceira consequência se refere a pouca participação da união com parceiros, indutores ou coordenadores da ação nas áreas metropolitanas. Não existe uma política urbano-metropolitana por parte da união. Não se nega que o governo federal promove alguns investimentos nas metrópoles, mas eles são realizados de forma fragmentada e sem nenhum planejamento de longo prazo. (ABRUCIO; SOARES, 2001)

2.3 As metrópoles nordestinas

As três metrópoles nordestinas se constituem nos principais polos centralizadores de atividades de produção e consumo de bens e serviços da região. Em 1985 essas metrópoles já concentravam aproximadamente 50% das atividades econômicas do setor secundário e terciário. Ainda que apresentem traços comuns, às metrópoles de Salvador, Recife e Fortaleza trazem no seu desenvolvimento trajetórias relativamente diferentes em suas dinâmicas tanto socioeconômicas, como político-urbanísticas.

Muito embora existam similaridades entre essas metrópoles, algumas diferenças começam a se acentuar nos últimos anos. A intensa guerra fiscal travada pelos estados na década de 1990 provocou rebatimentos significativos nessas metrópoles através da realocação das empresas. A realocação em conjunto com outras transformações econômicas, políticas e sociais repercutiram nessas metrópoles, principalmente no mercado de trabalho formal. Já se constitui em constatação, o fato das metrópoles nordestinas se encontrarem em posição menos favorável que as demais metrópoles brasileiras. (IPEA, 2001)

2.3.1 A região metropolitana de Fortaleza

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) surge oficialmente através da Lei Complementar n.º 14 de junho de 1973, que criou além da RMF, outras sete regiões metropolitanas. (ABRUCIO; SOARES, 2001) Quando criada a RMF era composta por cinco municípios. Atualmente é composta pelos municípios de: Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba, Aquiraz, Eusébio, Guaiúba e Itaitiga. Desses municípios, apenas Fortaleza e Caucaia apresentam população acima de 200 mil habitantes nos anos 1990. (IPEA, 2001) Na segunda metade dos anos 1990 foram agregadas à RMF as cidades de Chorozinho, Pacajús, Horizonte e S. Gonçalo do Amarante, ampliando tanto o território quanto a população da região metropolitana. Para fins de comparação será considerada a inserção desses municípios desde o primeiro ano do estudo (1994), embora nesse período os municípios ainda não fizessem parte, oficialmente, da região metropolitana.

A RMF manteve relativamente a mesma estrutura industrial tradicional nos últimos 30 anos. Mas nos últimos anos a RMF vem apresentando elevado dinamismo econômico, principalmente na indústria, diferenciando-se das demais regiões metropolitanas no Nordeste. Esse dinamismo se acentua no segmento têxtil, confecções e de alimentos e se concretiza devido à articulação existente entre os capitais locais e os extralocais que buscam se beneficiar dos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Estado.

A participação relativa da RMF no Produto Interno Bruto (PIB) do estado vem declinando, e em 1995 apresentava um patamar de 63,87%. Por não contar com cidades de elevado porte no interior a produção industrial e de serviços tendia a se concentrar na RMF. Fato que começa a sofrer alterações, devido ao programa de interiorização da indústria implementado pelos últimos governos estaduais. O governo cearense nos últimos anos vem promovendo uma política de atração e descentralização industrial repercutindo no crescimento do emprego industrial de alguns municípios cearense, a exemplo Sobral, que entre 1996 e 2003 quase duplica (89,21%) o número de empregos formais em sua indústria. A indústria calçadista tem apresentado significativo nível de descentralização no estado. (PEREIRA; SILVA; APOLÍNARIO, 2007)

A concentração populacional na RMF repercute sobre os investimentos públicos pressionando-os por uma elevação dos recursos investidos. Além do mais, se acentua uma série de problemas urbanos, dos quais se destacam a crescente favelização e suas implicações sociais, econômicas e urbanísticas.

No que se refere ao emprego, principalmente o formal, os dados demonstram a predominância do setor terciário (serviços e comércio), ampliado sua participação de 62,6% para aproximadamente 74% entre 1994 e 2004. Essa participação ainda é inferior a das demais metrópoles nordestinas, no entanto, o crescimento no período foi significativo, 30% no emprego total da economia. Um fato de destaque se caracteriza pelo emprego maior da mão de obra na indústria em relação a Salvador e Recife (ver Tabela 1 e 2), aproximadamente 27%, bem superior as demais, que se estabelecem bem abaixo desse percentual e indicado declínio no período.

A RMF apresenta as mais elevadas taxas de crescimento urbano do Nordeste. Esse fato evidencia o caráter incompleto e historicamente retardatário do processo de urbanização. Com uma população de mais de 2,7 milhões de habitantes, a RMF se coloca como a terceira maior população metropolitana do Nordeste. (MOTTA, 2004)

2.3.2 A região metropolitana de Recife

A Região Metropolitana do Recife (RMR), também constituída em 1973, pela mesma lei que criou a RMF, foi instituída inicialmente com oito municípios. (ABRUCIO; SOARES, 2001) Atualmente a RMR conta com 13 municípios, perfazendo uma população de mais de três milhões de habitantes.

Embora a RMR ainda se constitua na segunda maior base industrial do Nordeste, vem perdendo posição relativa para os demais estados, principalmente para a Bahia, o Maranhão e o Ceará. No contexto do emprego

formal na indústria, a RMR foi a que apresentou maior perda de emprego formal entre as metrópoles nordestinas. Similarmente as demais metrópoles, a RMR concentra população, atividades indústrias e terciária implicando em pressões e reivindicações urbanísticas em prol da resolução dos graves problemas metropolitanos.

Atualmente a RMR se destaca como polo produtor de bebidas, eletroeletrônico, cerâmica, química e têxtil. O setor de serviços cresce significativamente, sendo responsável por mais de três quartos do emprego formal na RMR, e no núcleo se destaca o segmento médico que se consolida como segundo polo médico no Brasil, ficando atrás somente de São Paulo.

A RMR conta com uma população de mais de 3,5 milhões de habitantes. Com sérios problemas sociais, como por exemplo, o elevado percentual de domicílios localizados em favelas. A RMR apresenta o maior percentual de favelas entre as regiões metropolitanas (26.4%). Historicamente o núcleo do RMR é uma das cidades mais antigas do país, e a região metropolitana possui a configuração mais densa e consolidada do Nordeste. (MOTTA, 2004)

O Pernambuco conta com várias cidades de porte médio no interior (Caruaru, Garanhuns, etc.) que se encontram sobre a influência da RMR. Esta metrópole histórica mantém também relações de influência com grande parte do Nordeste, principalmente com algumas cidades de porte médio no interior, como Campina Grande (PB), Caruaru (PE), Garanhuns (PE), que em um passado recente foram entrepostos comerciais do Recife.

A análise do emprego formal nos últimos anos confirma a ideia de que na aglomeração urbana metropolitana do Recife, o núcleo vem perdendo sistematicamente empregos formais para a periferia, nos principais segmentos produtivos (ver parte 03).

2.3.3 A região metropolitana de Salvador

No momento de sua institucionalização (1973) a Região Metropolitana de Salvador (RMS) se constituiu de oito municípios. Atualmente conta com 12 municípios, sendo responsável por mais de 80% da indústria de transformação da Bahia. A RMS apresenta alguns elementos atípicos em relação às demais regiões metropolitanas brasileiras. Segundo Souza (2004, p. 71), cinco fatores contribuíram para que a RMS se mostrasse atípica.

Primeiro, a RMS foi constituída bem antes da institucionalização federal das RMSs, o que também ocorreu com São Paulo, Belo Horizonte e Porto

Alegre. Segundo, a entidade metropolitana com jurisdição sobre a RMS não se limitou às atividades de planejamento, mas, ao contrário, sempre exerceu papel ativo na execução de obras físicas e de infraestrutura no espaço metropolitano. Terceiro, a RMS tinha sete dos seus oito municípios considerados com áreas de segurança nacional, o que significa que seus prefeitos eram nomeados, e não eleitos pelo voto popular. Quarto, a RMS registra um grau de desequilíbrio econômico e espacial muito maior do que as demais RMs do país. Quinto, a entidade metropolitana não só sobreviveu como teve seu poder e espaço de atuação ampliados após a redemocratização, contrariando o padrão das demais RMs, que ou entraram em decadência, ou foram extintas no início dos anos 1990.

A RMS também se caracteriza pelo fato de seu principal centro industrial, o Copec, não se encontrar no núcleo da metrópole, e por uma intensa atividade no setor de serviços, principalmente de turismo.

O Copec se constitui em um dos principais fatores de estímulo ao crescimento econômico da RMS. O Centro Industrial de Aratu (CIA) localizado também na periferia da RMS contribui significativamente para a atração e concentração de indústrias na região. O Copec e a CIA são os principais fatores de aceleração do crescimento da RMS. (SOUZA, 2004)

A RMS se formou pela extrapolação de funções econômicas da periferia e ao do núcleo. O núcleo assume cada vez mais a função de fornecedor de serviços para todas as metrópoles. Afinal, as atividades industriais se encontram na periferia e não contam com a infraestrutura e os serviços especializados necessários a essas atividades. Dessa forma o núcleo (Salvador) vem assumindo cada dia mais essa função.

3 Evolução Espacial do Emprego Formal na Indústria das Metrópoles Nordestinas (1994/2004)

Nos últimos 10 anos o emprego formal nas metrópoles nordestinas não apresentou taxas de crescimento significativas. O incremento total no emprego formal foi positivo, tanto para Fortaleza (30%), quanto para Recife (18,4%) e Salvador (43,7%). Esses percentuais somente foram

possíveis devido ao crescimento do terciário (serviços e comércio) que apresentou as maiores taxas de crescimento do emprego formal nas três regiões metropolitanas.

Tabela 1 - Incremento no volume de emprego no período 1994/2004 (1994 = 100)

Setores	Fortaleza	Salvador	Recife
Indústria	126,9	104,7	103,6
Construção civil	88,1	128,2	116,6
Comercio	169,7	158,9	155,4
Serviços	148,2	169,3	135,0
Agropecuária, extr. vegetal, caca e pesca	89,8	114,0	40,1
Total	130,0	143,7	118,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE.

3.1 As mudanças na indústria formal na RMF

Fortaleza constitui-se na única metrópole nordestina a apresentar crescimento significativo no emprego formal na indústria (26,9%) no período em estudo. Essa taxa representa um acréscimo de pouco mais de 26 mil empregos em relação ao ano base (1994). As demais metrópoles (Recife e Salvador) apresentaram crescimento pífio, de 3,6% e 4,7%, respectivamente.

O único setor que apresentou declínio no emprego formal em Fortaleza foi o da construção civil, declinando quase 12% ou em valores absolutos, pouco mais três mil empregos, e o setor primário que diminuiu em aproximadamente 10,0% o emprego no período. Os demais setores apresentaram taxas de crescimento no período acima de 25%, sendo o comércio o que apresentou maior crescimento (69,7%) no emprego formal.

Tabela 2 - Emprego Formal segundo os grandes setores do IBGE – 1994 (mil)

Setores	Fortaleza			Salvador			Recife					
	1994		2004	1994		2004	1994		2004			
	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%	abs.	%		
Indústria	97.721	22,1	124.055	21,6	67.951	12,6	71.166	9,2	90.330	15,9	93.573	13,9
Construção civil	25.634	5,8	22.590	3,9	31.756	5,9	40.712	5,3	29.318	5,1	34.198	5,1
Comércio	53.517	12,1	90.806	15,8	73.324	13,6	116.536	15,1	69.270	12,2	107.645	16,0
Serviços	23.264	5,5	330.901	57,6	318.537	59,2	539.156	69,8	319.658	56,1	431.642	64,0
Agropecuária, Extr. vegetal, caca e pesca	6.549	1,5	5.884	1,0	4.710	0,9	5.371	0,7	19.045	3,3	7.642	1,1
Outros/ignorado	35.093	7,9	0	0,0	41.544	7,7	0	0,0	42.107	7,4	0	0,0
Total	441.778	100,0	574.236	100,0	537.822	100,0	772.941	100,0	569.728	100,0	674.700	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS-MTE.

Quando se analisam os dados do emprego por município da RMF (Tabela 03), observa-se que o emprego industrial no período cresceu substancialmente na periferia ou entorno da sede da RMF. A cidade de Fortaleza apresentou um crescimento ínfimo, pouco mais de 300 empregos industriais ou 0,5% no período em estudo. Por outro lado, as cidades circunvizinhas, integrantes da RMF apresentaram crescimento relativo significativo, e absoluto não desprezível. Em números relativos destacam-se os municípios de Chorozinho, Itaitinga e Horizonte e em números absolutos Horizonte e Eusébio. Muito embora essas cidades apresentem volumes pequenos de população, os empregos gerados afetam significativamente a economia do município gerando uma dinâmica que acentua diversos processos econômicos, demográficos, imobiliários, que tanto podem contribuir para melhoria de vida da população nativa, quanto prejudica-lá.

Tabela 3 - Variação absoluta e relativa no emprego formal industrial nos municípios da RMF

Municípios da RMF	1994		2004		Índice de Variação*
	abs.	%	abs.	%	
Aquiraz	761	0,8	2.687	2,2	353,1
Caucaia	3.939	4,0	4.430	3,6	112,5
Chorozinho	1	0,0	761	0,6	76100,0
Eusébio	2.819	2,9	7.060	5,7	250,4
Fortaleza	69.020	70,6	69.362	55,9	100,5
Guaiuba	334	0,3	154	0,1	46,1
Horizonte	701	0,7	10.352	8,3	1476,7
Itaitinga	4	0,0	424	0,3	10600,0
Maracanau	15.209	15,6	19.135	15,4	125,8
Maranguape	2.234	2,3	5.013	4,0	224,4
Pacajus	2.101	2,1	2.266	1,8	107,9
Pacatuba	381	0,4	1.927	1,6	505,8
São G. do Amarante	217	0,2	484	0,4	223,0
Total	97.721	100,0	124.055	100,0	126,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE.

* 1994 = 100

Os dados apresentados demonstram, ou um deslocamento, ou um crescimento mais representativo, fruto de uma opção empresarial, do emprego industrial no entorno em detrimento da sede. No período em estudo, pode-se perceber pelos dados da tabela acima, que salta de dois para três o número de cidades com mais de 10 mil empregos formais na

indústria e no grupo de municípios que apresentam mais de mil e menos de 10 mil empregos, aumentam de quatro municípios para seis.

A cidade de Fortaleza que apresentava uma participação com mais de 70% do emprego industrial da RMF, em 1994, diminui essa participação para aproximadamente 55% (Tabela 03), uma perda de 15 pontos percentuais, enquanto municípios do entorno como Horizonte, Aquiraz, Maranguape, etc., ampliam suas respectivas participações. Os resultados dessas mudanças apontam para uma desconcentração das atividades industriais da sede para a periferia, reflexo de diversos fatores dos quais se ressaltam: o alto custo dos terrenos e as externalidades negativas (engarrafamentos, poluição etc.) da sede; as políticas de incentivos fiscais e financeiros do estado e dos municípios e o preço dos terrenos nas cidades receptoras do entorno.

Tabela 4 Evolução do Número de Estabelecimentos Industriais na RMF

Municípios	1994		2004		Índice de Variação*
	abs	%	abs	%	
Aquiraz	22	0,8	58	1,2	263,6
Caucaia	87	3,2	224	4,5	257,5
Chorozinho	1	0,0	11	0,2	1100,0
Eusebio	19	0,7	150	3,0	789,5
Fortaleza	2.419	88,1	4.067	81,0	168,1
Guaiuba	3	0,1	10	0,2	333,3
Horizonte	16	0,6	40	0,8	250,0
Itaitinga	1	0,0	24	0,5	2400,0
Maracanau	101	3,7	283	5,6	280,2
Maranguape	35	1,3	60	1,2	171,4
Pacajus	11	0,4	49	1,0	445,5
Pacatuba	21	0,8	26	0,5	123,8
Sao G. do Amarante	9	0,3	18	0,4	200,0
Total	2.745	100,0	5.020	100,0	182,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE.

*1994 = 100

Quando se observa a evolução do número de estabelecimentos na RMF ratifica-se o que preconiza os dados do emprego formal. Em outras palavras, a perda relativa de importância da cidade de Fortaleza frente ao crescimento das demais cidades do entorno. Muito embora a sede tenha apresentado o maior crescimento absoluto no número de estabelecimentos, as demais cidades, em especial, Itaitinga e Chorozinho

apresentaram o maior crescimento relativo. Os dados mostram que, em números relativos, Fortaleza apresentou o segundo menor crescimento relativo, perdendo apenas para a cidade de Pacatuba, implicando em uma redução de aproximadamente 7 pontos percentuais em sua participação no número de estabelecimentos formais da RMF, reduzindo de 88% para 81% sua participação no período, enquanto os demais municípios da região ampliaram de 12% para 19% sua participação. Crescimento significativo, quando se mostra que essa participação é responsável por aproximadamente 45% do emprego formal na indústria da RMF. Essas disparidades entre os percentuais indicam que grandes e médias indústrias se instalaram ou realocalizaram no entorno da cidade de Fortaleza, por contar com as externalidades positivas e afastar as negativas do mercado em questão. Observando os dados da indústria da RMF constata-se uma significativa expansão dos estabelecimentos para a periferia da metrópole.

3.2 As mudanças na indústria formal na RMR

A metrópole pernambucana apresentou pífio desempenho frente às demais no que se refere ao crescimento do emprego formal. Os setores da indústria e da construção civil apresentaram crescimento muito pequeno no emprego formal, com taxas respectivas de 3,6% e 16,6% em todo o período. Em outro estudo, Pereira e Silva (2006) mostraram que a indústria, no período analisado, somente apresentou taxas positivas de crescimento após o ano de 2003, mesmo assim, muito baixas. Esse mesmo estudo (PEREIRA; SILVA; APOLINARIO, 2006) mostrou que em alguns anos ocorreram grandes perdas para o emprego formal na indústria e na construção civil, no entanto, como mostram os dados contidos naquele estudo, essas perdas foram minimamente sanadas com o crescimento do emprego formal nos segmentos nos últimos anos, possibilitando até mesmo um pequeno incremento.

Na região metropolitana do Recife, a distribuição do emprego formal entre os setores mostrou um declínio relativo da participação da indústria, enquanto o setor terciário (serviços e comércio) ampliou sua participação.

Os únicos setores que cresceram com taxas acima de 30% foram o de serviços (35,0%) e o comércio (55,4%). O setor agropecuário apresentou as maiores perdas no período, caindo aproximadamente 60%. Essa perda evidentemente, somente se constata no intervalo de estudo, pois em anos intermediários, o segmento apresentou, em anos específicos, crescimento significativo, fato já demonstrado por Pereira e Silva (2006). No Recife, o

setor de comércio é o grande responsável pela reversão das taxas negativas do setor primário e das baixas taxas da indústria e da construção civil.

Tabela 5 - Variação absoluta e relativa no emprego formal industrial nos municípios da RMR.

Municípios	1994		2004		Índice de Variação*
	abs.	%	abs.	%	
Abreu e Lima	995	1,1	2.316	2,5	232,8
Cabo de S. Agostinho	5.280	5,8	8.386	9,0	158,8
Camaragibe	1.280	1,4	754	0,8	58,9
Igarassu	3.719	4,1	7.512	8,0	202,0
Ipojuca	4.250	4,7	7.419	7,9	174,6
Ilha de Itamaracá	9	0,0	62	0,1	688,9
Itapissuma	1.054	1,2	1.543	1,6	146,4
J. dos Guarapases	15.338	17,0	13.326	14,2	86,9
Moreno	1.087	1,2	562	0,6	51,7
Olinda	4.379	4,8	3.964	4,2	90,5
Paulista	11.105	12,3	4.103	4,4	36,9
Recife	40.536	44,9	42.791	45,7	105,6
São Lourenço da Mata	1.298	1,4	835	0,9	64,3
Total	90.330	100,0	93.573	100,0	103,6

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE.

* 1994 = 100

O emprego formal na indústria da RMR, como já foi dito, cresceu muito pouco (3,6%), apresentando-se como o menor crescimento entre as metrópoles em estudo. Esse quadro se torna grave ao se constatar que alguns municípios da RMR reduziram o emprego na indústria. Essa redução não necessariamente causada pela queda no número de indústria, o que nos leva a atribuir tal contexto a alguns fatores, dos quais se ressalta: a reestruturação produtiva, a política econômica (cambial, monetária etc.) e a guerra fiscal que promoveu a realocização de médias e grandes empresas em outros estados, em especial no Ceará e na Bahia.

Dos treze municípios que integram a RMR, seis apresentaram redução do emprego industrial formal e um (Recife) apresentou crescimento insignificante para o período. Somente três municípios (Abreu e Lima, Igarassu e Itamaracá) apresentaram crescimento superior a 100%, e como dois desses municípios são de pequena expressão industrial (Abreu e Lima e Itamaracá), pouco contribuíram para a expansão do emprego industrial na RMR. Chama à atenção a redução do emprego industrial ocorrida

em Paulista, que reduziu sua participação de 12,3% para 4,4%, embora tenha ampliando em 100% o número de estabelecimentos industriais. Declínio que somente pode ser explicado através de pesquisas e estudos mais focais, que foge ao escopo desse trabalho. A cidade de Recife, no entanto ampliou sua participação no emprego industrial da RMR de 44,9% para 45,7%. Fato interessante, pois as demais sedes (Fortaleza e Salvador) apresentaram declínio, além do que, dentre as regiões metropolitanas estudadas foi a que apresentou menor crescimento do emprego industrial. Esses movimentos apresentam uma tendência inversa a ocorrida na RMF, que reforça o emprego na periferia em detrimento da sede. Na RMR a sede se fortalece, embora que minimamente, em detrimento da periferia.

Quanto a evolução do número de estabelecimentos, a RMR, similarmente ao emprego, apresentou o menor crescimento entre as regiões metropolitanas em estudo, apenas 37,7% no período. A sede da metrópole apresentou declínio relativo em contraposição ao crescimento absoluto do número de estabelecimentos, seguindo a tendências das demais metrópoles. Em outras palavras, cresce a participação dos demais municípios integrantes da RMR em detrimento da participação da sede. Similarmente as demais sedes, Recife apresentou baixas taxas de crescimento no número de estabelecimentos industriais, a segunda menor da RMR (25,9%), superando apenas São Lourenço da Mata com 25%.

Tabela 5 - Variação absoluta e relativa no número de estabelecimentos industriais da RMR

Municípios	1994		2004		Índice de Variação*
	abs.	%	abs.	%	
Abreu e Lima	45	1,7	69	1,9	153,3
Cabo de S. Agostinho	74	2,8	159	4,4	214,9
Camaragibe	63	2,4	97	2,7	154,0
Igarassu	55	2,1	78	2,1	141,8
Ipojuca	13	0,5	33	0,9	253,8
Ilha de Itamaracá	4	0,2	9	0,2	225,0
Itapissuma	8	0,3	12	0,3	150,0
J. dos Guararapes	326	12,3	490	13,5	150,3
Moreno	13	0,5	19	0,5	146,2
Olinda	278	10,5	366	10,1	131,7
Paulista	116	4,4	232	6,4	200,0
Recife	1.593	60,3	2.006	55,2	125,9
São Lourenço da Mata	52	2,0	65	1,8	125,0
Total	2.640	100,0	3.635	100,0	137,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE .

* 1994 = 100

3.3 As mudanças na indústria formal na RMS

O desempenho da metrópole baiana também não foi dos melhores, embora tenha superado as demais metrópoles. Similarmente a Recife amargou crescimento pífio no emprego formal na indústria (4,7%) e na construção civil (28,2%) e no setor primário (14,0%). Após contínuas quedas (1997-1999)² a indústria soteropolitana voltou a contratar em 2000, apresentando nos anos seguintes pequenas variações positivas que reverteram parcialmente às elevadas quedas dos anos anteriores, mas que no todo permitiram insignificante crescimento do emprego formal para a indústria. Evidentemente, parte do desemprego gerado na indústria deve-se ao processo de reestruturação produtiva que se inicia nos anos 1980, mas que se acentua nos anos 1990, conjugado com os efeitos da política econômica do Plano Real que na segunda metade dos anos 1990 manteve

² Fato mostrado por Pereira e Silva (2006).

o real valorizado, favorecendo a importação e a produção externa em detrimento das exportações e da produção doméstica.³

O emprego industrial na RMS apresentou baixo crescimento (4,7%), pouco superior ao da RMR (3,7%) e bem inferior ao da RMF (26,9%). O emprego industrial na sede apresentou declínio tanto em números absolutos, declínio de mais de 6 mil postos de trabalho, quanto no relativo. A participação da sede da metrópole que respondia por mais de 52% do emprego industrial em 1994, passa a responder por apenas 41% em 2004. Além de Salvador, Simões filho, São Francisco do Conde, Itaparica e Candeias apresentaram declínio no volume de emprego formal na indústria. Declínio que foi compensado pelo crescimento nos outros municípios, principalmente em Camaçari, Dias D´Ávila e Lauro de Freitas. Esses municípios ampliaram suas respectivas participações relativas na distribuição do emprego industrial da RMS.

Tabela 7 - Variação absoluta e relativa no emprego formal industrial nos municípios da RMS

Município	1994		2004		Índice de Variação
	abs	%	abs	%	
Cachoeira	443	0,7	899	1,3	202,9
Camaçari	11.645	17,1	19.334	27,2	166,0
Candeias	4.721	6,9	3.187	4,5	67,5
Dias D´Ávila	1.205	1,8	3.319	4,7	275,4
Itaparica	30	0,0	22	0,0	73,3
Lauro de Freitas	1.071	1,6	4.161	5,8	388,5
Madre de Deus	21	0,0	34	0,0	161,9
Salvador	35.854	52,8	29.172	41,0	81,4
São F. do Conde	1.760	2,6	1.504	2,1	85,5
São S. do Passe	187	0,3	922	1,3	493,0
Simões Filho	10.973	16,1	8.487	11,9	77,3
Vera Cruz	41	0,1	125	0,2	304,9
Total	67.951	100,0	71.166	100,0	104,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE.

* 1994 = 100

³ Como não é objetivo desse ensaio discutir os rebatimentos do processo de reestruturação produtiva e os impactos do Plano Real na indústria nordestina, nos abstermos da discussão.

Tabela 8 - Variação absoluta e relativa no número de estabelecimentos industriais nos municípios da RMS

Municípios	1994		2004		Índice de variação
	abs	%	abs	%	
Cachoeira	14	0,7	21	0,8	150,0
Camaçari	142	7,4	309	11,7	217,6
Candeias	34	1,8	56	2,1	164,7
Dias D Ávila	14	0,7	73	2,8	521,4
Itaparica	5	0,3	5	0,2	100,0
Lauro de Freitas	114	6,0	325	12,3	285,1
Madre de Deus	2	0,1	6	0,2	300,0
Salvador	1.434	75,0	1.572	59,6	109,6
São F. do Conde	5	0,3	13	0,5	260,0
São S. do Passe	4	0,2	20	0,8	500,0
Simões Filho	136	7,1	213	8,1	156,6
Vera Cruz	7	0,4	26	1,0	371,4
Total	1.911	100,0	2.639	100,0	138,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE.

Quanto ao volume de estabelecimentos industriais, a RMS apresentou crescimento de 38,1%. Percentual levemente superior a da RMR e bem inferior ao da RMF. No período em estudo, a sede da metrópole reduziu sua participação de 75% para pouco mais de 59%. Alguns municípios aumentaram significativamente sua participação. Lauro de Freitas duplicou sua participação, ampliando sua participação para 12,3%. Outros municípios ampliaram relativamente mais, no entanto suas participações ainda são muito pequenas. A indústria na RMS ainda se concentra em Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari e Simões Filho. Esses quatro municípios concentram mais de 85% do emprego, e 90% do número de estabelecimentos industriais da RMS.

4 Breves Conclusões

As metrópoles, e em especial as nordestinas, tornam-se cada vez mais importantes no espaço regional. Nelas estão contidos números cada vez maiores da população, de problemas e de perspectivas para melhoria de vida de seus habitantes. Gerir a área metropolitana é o desafio a ser enfrentado pelos governantes e pela sociedade civil organizada. Graves são

os problemas, principalmente do emprego formal, que necessitam serem enfrentados conjuntamente pelos participantes da área metropolitana.

Os dados demonstram que o emprego formal tem crescido mais na periferia do que no núcleo das três regiões metropolitanas. Criar sistemas de comunicação e transportes viáveis para região metropolitana se torna fundamental para permitir o contínuo desenvolvimento da região. Afinal, embora o emprego seja gerado em determinado município, muitos trabalhadores podem residir em outras localidades e realizar parte de seu consumo em outros. Essa liberdade possibilitada pela facilidade de acesso, comunicação e transporte pode estimular o conjunto da região metropolitana.

Essa expansão para a periferia se apresenta como tendência que se deve se manter nas próximas décadas devido a incapacidade do espaço central (sede) absorver todo o crescimento industrial. Essa incapacidade se deve ao crescimento desproporcional entre as externalidades negativas frente às positivas. Além do que o preço da terra e as vantagens fiscais e financeiras contribuem para a atração das indústrias para esses espaços periféricos. Esse deslocamento para periferia favorece em muito o próprio capital industrial e não necessariamente favorece os trabalhadores ou as pequenas municipalidades, porque o deslocamento industrial traz consigo os problemas que o mesmo pode causar e que até então não se concebia nas periferias. Junto com o bônus do emprego e da renda vem o ônus da poluição, do aumento do preço dos terrenos, a especulação imobiliária, etc.

Em resumo, esse trabalho visa enfatizar a tendência de crescimento industrial da periferia em detrimento da sede da metrópole. Fato comprovado pelos dados. Tendência sutil em algumas das metrópoles, mas acentuada em outras. Novas e futuras pesquisas deverão ser realizadas para captar os detalhes e as especificidades desse processo-tendência nas regiões metropolitanas no Nordeste, e quiçá em outras regiões.

Referências

ABRUCIO, F. L.; SOARES, M. M. *Redes Federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no grande ABC*. São Paulo: CEDEC: Konjad-Adenauer-Stiftung, [2001].

IPEA et al. *Caracterização e tendências da rede urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste*. Brasília, DF, 2002. (Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil, v. 4).

MELO, M. A. B. C. Globalização, crise do estado e metrópoles no Brasil. In: FLORA, M. (Org.). *O novo brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1995. p. 249-260.

MOTTA, D. M. As Metrôpoles e os desafios da política urbana. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004. p. 127-156.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Relação anual de informações sociais. Anos 1994 e 2004*. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

PEREIRA, W. E. N.; SILVA, M. G. O Crescimento do emprego formal nas metrópoles nordestinas (1996/2003). In: MACAMBIRA, J. *O mercado de trabalho formal no Brasil*. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 2006. p. 263-282.

PEREIRA, W. E. N.; SILVA, M. G.; APOLINARIO, V. A. Distribuição espacial da indústria calçadista no nordeste (1985/2005). In: MACAMBIRA, J. *Brasil e nordeste: ocupação, desemprego e desigualdades*. Fortaleza, CE: Imprensa Universitária, 2007. p. 407-436.

SANTOS, M. A. *Urbanização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SOUZA, C. Regiões metropolitanas: trajetória e influencia das escolhas institucionais. In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). *Metrôpoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE, 2004. p. 61-96.